

Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

CNPJ: 21.619.125/0001-74

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2026.

Diretoria executiva

	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.395	5.823
Títulos e valores mobiliários	4	7	2.359
Contas a receber de clientes	5	3.820	8.788
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	8.468	5.631
Outros tributos compensáveis		613	614
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	1.213
Outros créditos		939	1.076
Total do ativo circulante		29.242	25.504
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos	19	11.838	8.331
Instrumentos financeiros derivativos	21	92.218	126.649
Imobilizado	7	506.358	521.961
Intangível	8	4.372	4.530
Total do ativo não circulante		614.786	661.471
Total do ativo		644.028	686.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	1.514	24.564
Empréstimos e financiamentos	10	41.045	50.356
Outras obrigações fiscais		3.002	1.544
Encargos setoriais		30	72
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	20	9.188	5.181
Ressarcimento mercado regulado	11	44.571	11.879
Instrumentos financeiros derivativos	21	1.971	312
Obrigações com acionistas - redução de capital	20	10.135	-
Total do passivo circulante		111.456	93.908
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	196.406	243.069
Provisão para desmantelamento	12	1.087	769
Obrigações com acionistas - redução de capital	20	-	27.635
Outras obrigações		5	-
Total do passivo não circulante		197.498	271.473
<u>Patrimônio líquido</u>			
	14		
Capital social		408.950	385.515
Reserva de incentivos fiscais		8.656	8.976
Outros resultados abrangentes		(932)	1.884
Prejuízos acumulados		(81.600)	(74.781)
Total do patrimônio líquido		335.074	321.594
Total do passivo		644.028	686.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	16	42.367	75.762
Custo	17	(24.994)	(32.075)
Lucro bruto		17.373	43.687
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	17		
Despesas gerais e administrativas		(4.088)	(4.030)
Outras receitas operacionais		728	208
Total despesas operacionais		(3.360)	(3.822)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		14.013	39.865
<u>Resultado financeiro</u>	18		
Receitas financeiras		2.569	5.401
Despesas financeiras		(27.251)	(28.592)
Variações cambiais líquidas		338	(3.325)
Total do resultado financeiro		(24.344)	(26.516)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(10.331)	13.349
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.456	(6.718)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.056	2.205
Incentivo fiscal		(320)	3.932
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)		3.192	(581)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(7.139)	12.768
Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	15	(0,0175)	0,0312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(7.139)	12.768
<u>Outros resultados abrangentes</u>			
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Perda em instrumentos financeiros derivativos		(4.266)	(529)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	19	1.450	180
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(9.955)	12.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Incentivo fiscal - SUDENE			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	408.950	(26.237)	5.044	(83.617)	2.233	306.373
Resultado abrangente total:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.768	-	12.768
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(529)	(529)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	180	180
Transações com os acionistas						
Integralização de capital	-	2.802	-	-	-	2.802
Mutações internas do patrimônio líquido						
Reserva de lucros - incentivo fiscal SUDENE	-	-	3.932	(3.932)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	408.950	(23.435)	8.976	(74.781)	1.884	321.594
Resultado abrangente total:						
Prejuízo exercício	-	-	-	(7.139)	-	(7.139)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(4.266)	(4.266)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.450	1.450
Transações com os acionistas						
Integralização de capital	-	23.435	-	-	-	23.435
Mutações internas do patrimônio líquido						
Reserva de lucros - incentivo fiscal SUDENE	-	-	(320)	320	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	408.950	-	8.656	(81.600)	(932)	335.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7.139)	12.768
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	20.759	20.569
Variações cambiais da dívida	(13.544)	63.859
Marcação a mercado da dívida	1.812	(1.505)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	13.549	(63.961)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(1.554)	(2.277)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12.474	15.539
Juros sobre operações com instrumento derivativo	11.712	9.085
Provisão para desmantelamento	113	195
Custo de transação	636	636
Tributos e contribuições sociais diferidos	(2.057)	(2.205)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	4.968	(240)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(2.837)	(1.001)
Outros tributos compensáveis	1	1.994
Outros créditos	137	(745)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(23.050)	(5.779)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.479	2.296
Outras obrigações fiscais	1.458	722
Salários, provisões e encargos sociais	-	(78)
Encargos setoriais	(42)	(25)
Ressarcimento mercado regulado	32.692	9.200
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	4.007	3.986
Outras obrigações	5	-
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(14.535)	(16.121)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(8.879)	(8.172)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.479)	(2.296)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	30.686	36.444
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(4.768)	(1.047)
Adições para ativo intangível	(25)	(24)
Títulos e valores mobiliários	2.352	8.526
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(2.441)	7.455
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Integralização de capital	23.435	2.802
Obrigações com acionistas - redução de capital	(17.500)	(21.200)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(42.817)	(44.277)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	18.209	16.332
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(18.673)	(46.343)
Variação no caixa líquido	9.572	(2.444)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.823	8.267
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	15.395	5.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de novembro de 2014, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial solar de 28 MW no município de Taboca do Brejo, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, com contrato vigente até 11 de maio de 2050 e início das operações em 31 de agosto de 2017.

1.1 Curtailment

Em 24 de novembro de 2025, a Medida Provisória nº 1.304/2025 foi convertida na Lei nº 15.269/2025, consolidando dispositivos legais que tratam da compensação financeira de geradores de energia elétrica por cortes de geração (*curtailment*) no Sistema Interligado Nacional (SIN). A referida lei prevê que o titular de outorga de geração eólica ou solar fotovoltaica fará jus à compensação pelos impactos econômicos decorrentes de eventos de indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica ocorridos no período compreendido entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, desde que assinem o termo de compromisso desistindo das ações em curso sobre o tema.

Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) submeteu à Consulta Pública nº 210/2025 a minuta do Termo de Compromisso previsto na Lei nº 15.269/2025, com o propósito de estabelecer, em conjunto com os agentes do setor elétrico, as regras procedimentais para adesão, apuração, cálculo e liquidação do ressarcimento das compensações decorrentes de *curtailment*. O prazo de contribuição terminou no dia 16 de janeiro de 2026. Os agentes eólicos e solares enviaram uma contribuição única consolidada através das associações Abeeólica e Absolar.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informadas sobre o andamento do tema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
<i>CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras</i>	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sui Solar S.A.

contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;

Nota 7 – Imobilizado;

Nota 8 – Intangível;

Nota 12 – Provisão para desmantelamento;

Nota 13 – Provisões para processos judiciais;

Nota 19 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e

Nota 21 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	1.878	1.317
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	-	399
Operações compromissadas	13.517	4.107
Total	15.395	5.823

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa e contas bancárias com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por operações compromissadas, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, as operações compromissadas foram remunerados em média, a 91% do CDI (em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários e as foram operações compromissadas remunerados, em média a 99,00% e 100,25% do CDI, respectivamente).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 21).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se aos ativos adquiridos por meio de carteira em fundo de investimento exclusivo. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Fundos de investimentos exclusivos</u>		
Títulos públicos	5	2.059
LF - Letra Financeira	2	300
Total	7	2.359

Estes fundos de Investimento são administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em média, a 99,95% do CDI (100,25% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2025
Mecanismo de curto prazo - MCP		606	-	606	-	606
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		1.888	69	1.957	(69)	1.888
Contas a receber - partes relacionadas	20	-	1.326	1.326	-	1.326
Total		2.494	1.395	3.889	(69)	3.820

	Nota	A vencer	Vencidos mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2024
Mecanismo de curto prazo - MCP		630	-	630	-	630
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		6.832	69	6.901	(69)	6.832
Contas a receber - partes relacionadas	20	-	1.326	1.326	-	1.326
Total		7.462	1.395	8.857	(69)	8.788

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP), são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6. Imposto de renda e contribuição social, líquidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	6.853	5.462
Contribuição social	1.238	2.509
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	377	447
	8.468	8.418
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	-	(1.001)
Contribuição social	-	(1.786)
	-	(2.787)
Total	8.468	5.631

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de instalações técnicas/mecânicas – solar e edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 12).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia monitora de forma contínua as mudanças nos cenários econômico, operacional, regulatório e tecnológico que possam afetar a recuperabilidade de seus ativos, em linha com o disposto no CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), o qual requer a avaliação da existência de indícios de perda sempre que houver eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável.

Adicionalmente, a Companhia realiza testes anuais de redução ao valor recuperável para os ativos ou unidades geradoras de caixa, independentemente da existência de indícios de perda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	208.261	-	-	204	1.719	210.184
Instalações técnicas/mecânicas solar	456.330	-	-	-	4.203	460.533
	664.591	-	-	204	5.922	670.717
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(46.362)	-	(6.408)	-	(15.675)	(68.445)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(102.501)	-	(14.054)	-	15.675	(100.880)
	(148.863)	-	(20.462)	-	-	(169.325)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	2.497	5.118	-	-	(5.922)	1.693
	2.497	5.118	-	-	(5.922)	1.693
Total do imobilizado	518.225	5.118	(20.462)	204	-	503.085
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	2.357	-	(114)	-	-	2.243
	2.357	-	(114)	-	-	2.243
Total	520.582	5.118	(20.576)	204	-	505.328

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	140.765	-	-	(1.304)	68.800	208.261
Instalações técnicas/mecânicas solar	525.130	-	-	-	(68.800)	456.330
	665.895	-	-	(1.304)	-	664.591
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(26.397)	-	(4.290)	-	(15.675)	(46.362)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(102.192)	-	(15.984)	-	15.675	(102.501)
	(128.589)	-	(20.274)	-	-	(148.863)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	1.655	842	-	-	-	2.497
	1.655	842	-	-	-	2.497
Total do imobilizado	538.961	842	(20.274)	(1.304)	-	518.225
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	2.471	-	(114)	-	-	2.357
	2.471	-	(114)	-	-	2.357
Total	541.432	842	(20.388)	(1.304)	-	520.582

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Solar S.A.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2025, a Companhia conduziu à revisão das vidas úteis dos ativos, não tendo sido identificada a necessidade de alteração das taxas de depreciação anteriormente adotadas. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos
 - iii. Sobressalentes: 20-30 anos
 - iv. Veículos: 7 anos
 - v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados após a revisão, são as seguintes:

Elétricos	% (ano)
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,85% - 4,17%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,85% - 4,17%
Máquinas e equipamentos	3,86% - 5,00%

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Solar S.A.

ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	5.815	(1.517)	4.298	4.474
Custo incremental	88	(14)	74	56
Total	5.903	(1.531)	4.372	4.530

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	5.814	1	-	5.815
Custo incremental	64	24	-	88
	5.878	25	-	5.903
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(1.340)	-	(176)	(1.516)
Custo incremental	(8)	-	(7)	(15)
	(1.348)	-	(183)	(1.532)
Total	4.530	25	(183)	4.372

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Solar S.A.

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
Intangível em serviço				
Direito de uso da concessão	5.814	-	-	5.814
Custo incremental	39	25	-	64
	5.853	25	-	5.878
Amortização acumulada				
Direito de uso da concessão	(1.163)	-	(177)	(1.340)
Custo incremental	(3)	-	(5)	(8)
	(1.166)	-	(182)	(1.348)
Total	4.687	25	(182)	4.530

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	% (ano)
Direito de uso da concessão	3,08%
Custo incremental	3,00%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		885	894
Encargo de uso da rede		280	280
		1.165	1.174
Materiais e serviços		323	349
Materiais e serviços - partes relacionadas	20	26	23.041
		349	23.390
Total		1.514	24.564

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, a redução significativa do saldo a pagar, deve-se a pagamento de faturas de suporte operacional com a Enel S.p.A..

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

10.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante			31.12.2025 Total circulante + não circulante	Circulante				Não circulante			31.12.2024 Total circulante + não circulante	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar		Total
Moeda estrangeira																
Bank of China	9.674	2.310	11.984	53.207	-	53.207	65.191	10.759	3.372	-	14.131	69.935	-	-	69.935	84.066
Santander	8.659	2.220	10.879	47.941	-	47.941	58.820	10.337	3.240	(636)	12.941	67.192	-	(3.815)	63.377	76.318
Proparco	18.063	119	18.182	99.346	(4.088)	95.258	113.440	23.152	132	-	23.284	115.659	(5.902)	-	109.757	133.041
Total	36.396	4.649	41.045	200.494	(4.088)	196.406	237.451	44.248	6.744	(636)	50.356	252.786	(5.902)	(3.815)	243.069	293.425

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	45.598	229.696	275.294
Encargos provisionados	15.539	-	15.539
Encargos pagos	(16.121)	-	(16.121)
Variação cambial e monetária	-	63.859	63.859
Transferências	48.981	(48.981)	-
Pagamentos / amortizações	(44.277)	-	(44.277)
Amortização custos de transação	636	-	636
Marcação a mercado - dívida	-	(1.505)	(1.505)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.356	243.069	293.425
Encargos provisionados	12.474	-	12.474
Encargos pagos	(14.535)	-	(14.535)
Variação cambial e monetária	-	(13.544)	(13.544)
Transferências	34.931	(34.931)	-
Pagamentos / amortizações	(42.817)	-	(42.817)
Amortização custos de transação	636	-	636
Marcação a mercado - dívida	-	1.812	1.812
Saldo em 31 de dezembro de 2025	41.045	196.406	237.451

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

10.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Bank of China	75.415	30/03/17	01/12/31	SOFR + 2,27%	Semestral	Semestral	CAPEX	Sim
Santander	72.458	30/03/17	01/12/31	SOFR + 2,27%	Semestral	Semestral	CAPEX	Sim
Proparco	151.188	22/12/17	15/06/32	Fixo + 2,28%	Semestral	Semestral	CAPEX	Sim

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	37.032	37.032	37.032	37.032	51.458	199.586
Custo a amortizar	(636)	(636)	(636)	(636)	(636)	(3.180)
Total	36.396	36.396	36.396	36.396	50.822	196.406

10.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2025	%	31.12.2024	%
Moeda estrangeira				
Dólar	127.827	53,83%	160.384	54,66%
Euro	113.441	47,77%	-	0,00%
Taxa fixa	(3.817)	-1,61%	133.041	45,34%
Total	237.451	100,00%	293.425	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora indireta Enel S.p.A. como garantidora;

Cláusulas restritivas

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
Santander / Bank of China	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	2,33	Anual
Proparco	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	1,13	Anual

Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a:

- Qualquer endividamento financeiro decorrente de qualquer documento financeiro;
- Endividamento financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos;
- Endividamento financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria);
- Qualquer endividamento financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima.

(*) Considera os saldos na data do encerramento do exercício das rubricas de empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros.

A cláusula restritiva estabelece que a Companhia só deve calcular anualmente o índice em caso de contratação de novas dívidas. Não houve contratação de novo empréstimo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11. Ressarcimento mercado regulado

Em 2024, a Companhia possui passivo de R\$ 44.571 (R\$ 11.879 em 2024) referente ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

12. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 13,44% (14,72% em 31 de dezembro de 2024), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- A estimativa atual dos custos é projetada para a data prevista do término do contrato (11 de maio de 2050), a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A taxa de desconto é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial		769	1.878
Adição		205	-
Baixas		-	(1.304)
Atualização financeira	18	113	195
Saldo final		1.087	769

13. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

13.1 Contingência com risco provável e possível

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda avaliada como provável ou possível.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 408.950, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	408.942.030	99,998%	408.942.030	99,998%
Bondia Energia Ltda.	7.613	0,002%	7.613	0,002%
Total	408.949.643	100,00%	408.949.643	100,00%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu da sua controladora, Enel Brasil S.A., o montante de R\$ 23.435 (R\$ 2.802 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024) a título de capital a integralizar que se encontrava pendente oriundo do aumento realizado pela controladora em fevereiro de 2022.

14.2 Destinação do resultado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 7.139 (R\$ 12.768 em 31 de dezembro de 2024), portanto, não há destinação a ser realizada.

15. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

	Nota	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(7.139)	12.768
Número de ações	14	408.949.643	408.949.643
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		(0,0175)	0,0312

16. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	16.1	47.641	84.020
Receita operacional bruta		47.641	84.020
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(346)	(333)
COFINS		(4.048)	(6.510)
PIS		(880)	(1.415)
Total deduções da receita		(5.274)	(8.258)
Total		42.367	75.762

16.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia esteve sujeita a eventos de *curtailment* decorrentes de restrições operativas determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (vide nota explicativa nº 1), com impactos sobre o despacho das usinas e a respectiva receita. Tais eventos também ensejaram o reconhecimento de montantes sujeitos a ressarcimento no âmbito dos mecanismos regulatórios aplicáveis (nota explicativa nº 11). A Administração avalia que esses efeitos possuem natureza regulatória e espera mitigação gradual no horizonte prospectivo, em função do aperfeiçoamento do arcabouço regulatório introduzido pela Lei nº 15.269 e pela implementação do Termo de Compromisso, sem impactos sobre a capacidade operacional dos ativos ou a geração de benefícios econômicos futuros no longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

17. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

		2025			
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Material		(141)	(5)	-	(146)
Serviços		(481)	-	-	(481)
Serviços - partes relacionadas	20	-	(4.007)	-	(4.007)
Energia elétrica comprada para revenda		(170)	-	-	(170)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.861)	-	-	(1.861)
Seguros		(1.582)	-	-	(1.582)
Depreciação e amortização		(20.759)	-	-	(20.759)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(76)	-	(76)
Outras receitas operacionais - partes relacionadas	20	-	-	728	728
Total		(24.994)	(4.088)	728	(28.354)

		2024			
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Material		(53)	-	-	(53)
Serviços		(892)	-	-	(892)
Serviços - partes relacionadas	20	-	(3.985)	-	(3.985)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.554)	-	-	(7.554)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.990)	-	-	(1.990)
Seguros		(1.016)	-	-	(1.016)
Depreciação e amortização		(20.569)	-	-	(20.569)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(45)	208	163
Total		(32.075)	(4.030)	208	(35.897)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

18. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	561	1.413
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	1.554	2.277
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	1.778
Atualização de créditos tributários	530	-
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(76)	(67)
	2.569	5.401
Despesas financeiras		
Dívida - marcação a mercado	(1.813)	-
Custo de transação	(636)	(636)
Encargos de dívidas	(12.474)	(18.060)
Atualização de impostos e multas	(319)	(350)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	(11.713)	(9.085)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(9)	(3)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(169)	(89)
Atualização financeira desmantelamento	(113)	(195)
Outras despesas financeiras	(5)	(174)
	(27.251)	(28.592)
Variações cambiais líquidas		
Variações cambiais de dívidas	13.544	(63.859)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos	(13.549)	63.961
Outras variações cambiais	343	(3.427)
	338	(3.325)
Total	(24.344)	(26.516)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para o exercício de 2025, a Companhia foi tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	1.456	-	(4.933)	(1.785)
Diferidos	1.127	929	1.621	584
Incentivo fiscal	(320)	-	3.932	-
Total	2.263	929	620	(1.201)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(10.331)	(10.331)	13.349	13.349
Base de cálculo	(10.331)	(10.331)	13.349	13.349
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	2.583	929	(3.312)	(1.201)
SUDENE	(320)	-	3.932	-
Total	2.263	929	620	(1.201)
Alíquota efetiva	21,90%	8,99%	4,64%	9,00%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanças patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024	2025	2024
<u>Tributos diferidos ativos:</u>						
Arrendamento - CPC 06 (R2)	39	39	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	2.518	-	2.518	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.340	20.207	139	1.306	1.450	-
Variação cambial não realizada	109.407	97.931	10.990	17.238	-	-
Outras provisões	156	133	23	73	-	-
	132.460	118.310	13.670	18.617	1.450	-
<u>Tributos diferidos passivos:</u>						
Instrumentos financeiros derivativos	(63.327)	(58.043)	(11.391)	(6.209)	-	180
Variação cambial	(57.295)	(51.936)	(223)	(10.203)	-	-
	(120.622)	(109.979)	(11.614)	(16.412)	-	180
Total	11.838	8.331	2.056	2.205	1.450	180

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2026	2027	2032	Total
2.713	8.746	121.001	132.460

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

(c) Incentivo fiscal

A Companhia tem reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração para a atividade de geração de energia, cujo empreendimento está instalado em área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O laudo constitutivo foi aprovado em 2019 com o período de fruição de 10 anos, de janeiro de 2019 a dezembro de 2028, em conformidade com o despacho decisório da Receita Federal Brasil – RFB. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva do incentivo é de R\$ 8.656 (R\$ 8.976 em 31 de dezembro de 2024). O valor do imposto de renda que deixar de ser pago em virtude de sua redução pelo benefício fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.973/14.

20. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

20.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Obrigações com acionistas - redução de capital	Até dezembro de 2026	(10.135)	(27.635)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(9.321)	(6.301)	(4.007)	(3.985)
Contrato de prestação de serviços técnicos administrativos, financeiros e de suporte contábil	Fevereiro de 2030	(50)	-	(50)	-
Total		(19.506)	(33.936)	(4.057)	(3.985)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

20.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<u>Suporte operacional</u>					
Enel Green Power S.p.A.	De janeiro de 2017 até maio de 2050	-	(21.269)	(2)	-
		-	(21.269)	(2)	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	De janeiro de 2022 a dezembro de 2026	1.325	1.326	-	-
Enelpower do Brasil Ltda.	De janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(651)	(652)	-	-
		674	674	-	-
Total		674	(20.595)	(2)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sui Solar S.A.

Obrigações com acionistas - redução de capital: Referente a redução de capital realizada no exercício de 2022. Durante o exercício de 2025 foram realizados pagamentos à Controladora no montante de R\$ 17.500. O saldo deve ser pago para a Controladora em uma ou mais parcelas.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de "Utilidades comuns", definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2025 e 2024.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

21.1 Instrumentos financeiros

21.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	15.395	15.395	5.823	5.823
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	7	7	2.359	2.359
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.820	3.820	8.788	8.788
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	53.231	53.231	83.073	83.073
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	38.987	38.987	44.789	71.620
Total do ativo			111.440	111.440	144.832	171.663
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.514	1.514	24.564	24.564
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	124.010	111.193	160.384	160.384
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	113.441	113.441	133.041	133.041
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	44.571	44.571	11.879	11.879
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	1.609	1.609	39	39
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	362	362	273	273
Total do passivo			285.507	272.690	330.180	330.180

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 21.2 Hierarquia do valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Santander (Bank of China e Santander)	30/03/17	01/12/31	Cash Flow Hedge	USD SOFR	CDI	(51.621)
Proparco	22/12/17	15/12/27	Fair Value Hedge	EUR	CDI	(38.626)
Total						(90.247)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2023	79.086
Juros provisionados	(9.085)
Variação cambial	63.961
Marcação a mercado no resultado	2.277
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(529)
Pagamento de juros	8.172
Pagamento de principal	(16.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.550
Juros provisionados	(11.712)
Variação cambial	(13.549)
Marcação a mercado no resultado	1.554
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(4.266)
Recebimento de juros	(824)
Recebimento de principal	(18.209)
Pagamento de juros	9.703
Saldo em 31 de dezembro de 2025	90.247

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro em 31 de dezembro de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Santander (Bank of China e Santander)	51.621	53.032	(1.098)	-
Santander (Proparco)	38.626	46.881	-	5.503
Total	90.247	99.913	(1.098)	5.503

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2025.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.12.2025	Categoria
Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	127.827	Cash Flow Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(126.105)	Cash Flow Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	74.484	Cash Flow Hedge
		76.206	
Proparco	FIXO + 2,28%	113.441	Fair Value Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(109.285)	Fair Value Hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	70.659	Fair Value Hedge
		74.815	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2025, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

21.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

21.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno de Gestão de Riscos (SICGR) definidas pela *Holding* Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Esse comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de *commodity*, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (*Risk Control Brazil*) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (*risk owners*), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) caixa e equivalente de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) contas a receber de clientes e outros recebíveis; e (iv) instrumentos financeiros derivativos.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.395	5.823
Títulos e valores mobiliários	4	7	2.359
Contas a receber de clientes	5	3.820	8.788
Instrumentos financeiros derivativos		90.247	127.550
Total		109.469	144.520

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	237.451	293.425
Instrumentos financeiros derivativos	(90.247)	(127.550)
Dívida	147.204	165.875
Caixa e equivalentes de caixa	(15.395)	(5.823)
Títulos e valores mobiliários	(7)	(2.359)
Dívida líquida (a)	131.802	157.693
Patrimônio líquido (b)	335.074	321.594
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	28,23%	32,90%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025.

Do total das obrigações no passivo circulante, há obrigações com acionistas – redução de capital, obrigações de compartilhamento de infraestrutura com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pré-fixados	-	-	20.812	80.263	28.124	129.199
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	13.949	(106)	12.869	94.905	30.488	152.105
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	7.765	(83.677)	(12.610)	(88.519)
Total	13.952	(106)	41.446	91.491	46.002	192.785

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
SAN 4131	74.484	6.731	9.221	11.637	13.984	16.266
Proparco 4131	70.659	6.462	8.824	11.116	13.343	15.509
USD SOFR D-2						
CHINA 4131	65.192	3.995	5.025	6.056	7.087	8.118
SAN 4131	62.635	2.756	3.408	4.061	4.713	5.365
SAN 4131	(126.105)	(5.625)	(6.956)	(8.287)	(9.619)	(10.950)
Pré EUR						
Proparco 4131	113.441	(65.458)	(20.925)	11.596	37.364	58.777
Proparco 4131	(109.285)	63.060	20.158	(11.172)	(35.996)	(56.624)
Total	151.021	11.921	18.755	25.007	30.876	36.461

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2025 (em reais).

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ituverava Sul Solar S.A.

Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;

Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);

Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

Passivos em moeda estrangeira	Nota	31.12.2025
Empréstimos e financiamentos	10	237.451
Exposição patrimonial		237.451
Ponta ativa - instrumentos financeiros		(235.390)
Total		2.061

21.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.